



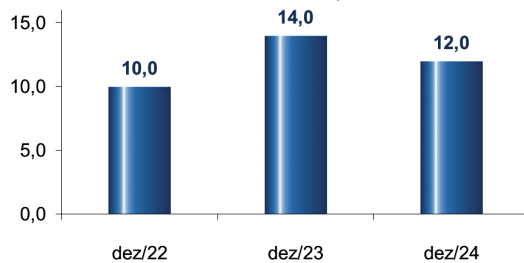
# INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06 - Em Recuperação Judicial

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e às práticas contábeis brasileiras, em atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, submeteu à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores e o Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024. **Mensagem da Diretoria:** Preliminarmente vale destacar que o baixo volume das operações industriais da Companhia nos últimos anos decorreram principalmente da necessária reestruturação econômica e financeira e, por consequência, da ausência de recursos para investimentos e aceleração de uma atividade comercial sólida e competitiva. Temos grandes expectativas para o exercício de 2025 cujo um dos principais objetivos é a conclusão do plano de pagamento das dívidas concursais e renegociação das dívidas extraconcursais e, a partir disso aceleramos nossas atividades comerciais com uma carteira de pedidos sólida e de médio e longo prazo. Tudo isso decorre da real possibilidade da infusão de recursos financeiros através da monetização e alienação de ativos da Companhia previstos no Plano de Recuperação Judicial. Portanto, 2024 foi um ano em que sedimentamos o caminho para o efetivo soergimento da Companhia haja visto haverem negociações de ativos em andamento que nos permitirão alcançar os objetivos traçados nos últimos anos. Conseguimos concluir nosso recadastramento junto à Petrobras, o que nos permitirá a participação em projetos EPC, os quais estamos trabalhando na consolidação de parcerias que nos permitam ser competitivos nesse mercado. Vamos dedicar nossos esforços nos mercados core tradicionais da Companhia, como Óleo e Gás e Energia, sem contudo deixar de buscar oportunidades em novos mercados e novas tecnologias que sempre marcaram a trajetória do Grupo Inepar. Outro importante ponto que estamos próximos a uma conquista é a aprovação para a constituição dentro do nosso site de Araraquara de uma ZPE (Zona de Processamento de Exportação) com a atração de grandes investimentos para o parque industrial da Inepar. Acreditamos que a aprovação poderá ocorrer ao final do primeiro semestre de 2025. O número do Processo referente ao nosso projeto é o 10099.100756/2022-83 protocolado junto à Secretaria Executiva do CZPE, Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio. A integra do Projeto encontra-se disponível no site da INEPAR, [www.inepar.com.br](http://www.inepar.com.br) na área de relação com investidores, publicações e documentos. Outro mercado que estamos empenhando esforços para a retomada é o do setor Metroferroviário e esperamos ao longo de 2025 trazer uma solução que proporcione a retomada do nosso parque fabril dedicado a esse setor, também sediado em Araraquara, através da vinda de um grande player mundial para nossas instalações. **1) Fatos recentes importantes do Plano de Recuperação Judicial:** • Decisão Judicial de novembro de 2022 sobre o encerramento da Recuperação Judicial, após cumprimento de 100% das dívidas relativas ao bônus de fiscalização e esperamos o trânsito em julgado dessa decisão em 2025. Vale salientar que ao longo da recuperação foram pagos mais de R\$ 2,4 bilhões em dívidas. Nossa expectativa é de liquidação em 2025 das dívidas concursais pós biênio que hoje somam aproximadamente R\$ 50 milhões nas Classes I e IV; Esperamos também em 2025 encerrar o processo de leilão das UPI's IPM e IOG. Estamos mantendo negociação com o vencedor do processo público de Leilão a fim de que possamos atingir o sucesso dessa venda, importante para o soergimento da Companhia; • Após a adesão à Transação Tributária em dezembro de 2021, iniciou-se os trabalhos para aproveitamento de prejuízo fiscal acumulado para pagamento de até 70% do saldo devedor, o que também já foi concluído com enorme sucesso, nos permitindo o pagamento de R\$ 720 milhões da dívida, ficando os próximos pagamentos com vencimento a partir de setembro/25; • Constituição e preparação da empresa ENISA para se apresentar ao mercado como empresa de prestação de serviços de Engenharia, Fornecimento, Construção, Montagem e Gerenciamento (EPC/M), participando de importantes licitações, aliada à tradição da Inepar/lesa, voltando o foco para o seu mercado core - Energia e O&G principalmente; • Protocolo nos órgãos competentes para criação de uma ZPE no site de Araraquara, gerando negócios e empregos para o Grupo e para a Região, sob o número de Processo 10099.100756/2022-83. A mudança na Lei das ZPE's trouxe, sem dúvida, grandes benefícios para as empresas que se instalam nessas Zonas, possibilitando a geração pelo Brasil de um grande número de ZPE's e tal qual nos Estados Unidos e China que são os países que mais adotaram esse modelo como forma de crescimento da economia. **2) Desempenho do exercício de 2024: Fontes de Receita:** As principais fontes de receitas da Companhia são oriundas das áreas de prestações de serviços e na fabricação de equipamentos de geração de energia e óleo&gás, entre outros. A Companhia reportou em 2024 uma receita bruta de R\$ 5,7 milhões (resultado consolidado da controladora e todas as controladas). As receitas de 2024 foram inferiores ao mesmo período do ano de 2023, que foi de R\$ 8,1 milhões. Há a perspectiva de recuperação do nível de atividade nos próximos exercícios em função de um maior esforço comercial na diversificação de clientes, bem como na retomada de cotações para a Petrobras, com o fim das punições havidas em razão da Lava Jato. **Resultado Econômico:** A Companhia apresentou prejuízo acumulado no exercício de 2024 de R\$ 236,7 milhões, enquanto que no mesmo período de 2023 foi apurado um lucro de R\$ 477,4 milhões. O Lucro apurado no exercício de 2023, foi gerado principalmente, pelo reconhecimento no resultado dos créditos do IRPJ/CSSL, que foram utilizados para pagamentos das parcelas da transação tributária acordadas junto a PGN. O prejuízo do exercício foi impactado pelas despesas financeiras, no montante de R\$ 150 milhões em função do reconhecimento das correções dos passivos financeiros, principalmente a dívida com o BNDES e as dívidas tributárias. Destacamos a redução dos valores das despesas administrativas e gerais ocorrida neste exercício, em comparação aos valores do exercício de 2023. O resultado bruto operacional foi negativo em R\$ 2,1 milhões, devido principalmente ao baixo nível de receita auferido pela Companhia. Nossa expectativa é que para os próximos exercícios estes valores sejam revertidos. A carteira de pedidos no final exercício de 2024, apresenta uma estabilização em comparação aos valores dos exercícios anteriores, conforme demonstrado abaixo:

Saldo em Carteira em 2022/23 e 2024  
milhares de R\$



Balancete Patrimonial - Período findo em 31 de Dezembro de 2024 - (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	57	1.092	447	2.041
Contas a receber de clientes	6	144	62	2.860	666
Títulos e valores mobiliários	7	9	9	9	9
Estoques	8	-	-	9.365	10.425
Tributos a recuperar	10	4.547	4.499	67.549	77.272
Dividendos a receber	-	-	-	14.796	14.796
Despesas Antecipadas	9	-	-	-	314
Outros créditos	11	365	372	1.857	1.559
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>5.122</b>	<b>6.034</b>	<b>96.883</b>	<b>107.082</b>
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber clientes	6	44.532	44.532	133.999	133.999
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	688	688
Tributos a recuperar	10	-	39.975	-	86.169
Depósitos judiciais	31	57.418	51.294	77.086	75.699
Outros créditos	11	-	-	6.551	6.579
Investimentos	12	822.875	566.345	105.243	235.588
Imobilizado	13	69.245	72.204	120.879	129.228
Intangível	14	3	391.516	391.516	391.573
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>994.073</b>	<b>1.165.866</b>	<b>835.962</b>	<b>1.059.523</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>999.195</b>	<b>1.171.900</b>	<b>932.845</b>	<b>1.166.605</b>

Balancete Patrimonial - Período findo em 31 de Dezembro de 2024 - (Em milhares de reais)					
Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	26	188	30.663	60.231	65.079
Instituições financeiras	15	278.318	250.382	426.067	384.950
Debêntures	16	17.286	15.996	17.286	15.996
Obrigações sociais e trabalhistas	18	9.740	8.953	159.209	152.629
Obrigações fiscais e tributárias	17	72.980	65.614	159.932	132.909
Dividendos propostos	-	3.317	3.317	3.341	3.341
Adiantamentos de clientes	20	-	30	58.338	36.011
Títulos a pagar	-	133.146	116.488	133.146	116.488
Outras contas a pagar	25	96.031	59.739	239.216	169.783
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>637.006</b>	<b>550.242</b>	<b>1.255.766</b>	<b>1.076.186</b>
<b>Não circulante</b>					
Exigível a longo prazo	15	210.775	219.954	210.775	219.954
Debêntures	16	273.384	255.192	273.384	255.192
Obrigações fiscais e tributárias	17	181.520	176.849	319.302	322.203
Partes relacionadas	22	261.578	285.788	94.034	127.217
Tributos diferidos	21.1	-	31.329	-	79.081
Títulos a pagar	-	-	-	14.960	14.960
Provisão de custos e encargos	19	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisões para contingências	23	85.160	73.745	196.508	180.637
Provisão passivo a descoberto	24	796.917	706.146	12.911	12.157
Outras contas a pagar	25	-	-	1.432	1.362
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.811.637</b>	<b>1.751.306</b>	<b>1.125.609</b>	<b>1.215.066</b>
<b>Patrimônio líquido / (Passivo a descoberto) da controladora</b>					
Capital social	26 a	543.687	542.625	543.687	542.625
Gastos com subscrição de ações	-	(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reservas de capital	26 b	184.417	180.292	184.417	180.292
Reserva de reavaliação	26 c	24.663	28.979	24.663	28.979
Debêntures perpétuas	26 d	231.404	236.591	231.404	236.591
Créditos quirográficos a converter	26 e	16.914	16.914	16.914	16.914
Prejuízos acumulados	(3.266.305)	(2.952.300)	(3.266.305)	(2.952.300)	(3.266.305)
Ajuste de avaliação patrimonial	26 f	818.845	820.324	818.845	820.324
		<b>(1.449.448)</b>	<b>(1.129.648)</b>	<b>(1.449.448)</b>	<b>(1.129.648)</b>

Balancete Patrimonial - Período findo em 31 de Dezembro de 2024 - (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)</b>					
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas minoritários	-	-	-	918	5.001
<b>Total do patrimônio líquido / Passivo a descoberto</b>		<b>(1.449.448)</b>	<b>(1.129.648)</b>	<b>(1.449.448)</b>	<b>(1.129.647)</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)</b>		<b>999.195</b>	<b>1.171.900</b>	<b>932.845</b>	<b>1.166.605</b>

Demonstração do Resultado - Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 - (Em milhares de reais)					
Demonstração do Resultado	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receita operacional bruta</b>					
Deduções e impostos sobre vendas	-	-	-	5.754	8.106
<b>Receita operacional líquida</b>	28	-	-	4.402	6.483
Custos dos produtos e serviços	-	-	-	(6.515)	(9.670)
<b>Lucro bruto</b>				(2.113)	(3.187)
Recargas [Despesas] operacionais	(142.062)	211.488	(86.341)	(77.727)	-
Despesas com vendas	(52)	(90)	(1.194)	(1.200)	-
Perdas no recebimento de crédito com clientes	(18)	(785)	(3.147)	(1.159)	-
Administrativas e gerais	(19.715)	(22.521)	(36.215)	(40.626)	-
Provisões para contingências	(17.585)	(21.047)	(20.812)	(29.271)	-
Outras receitas e despesas	30	2.086	5.465	(9.021)	6.137
Resultado da avaliação de investimentos	12	(106.778)	250.466	(15.952)	(11.608)
<b>Resultado operacional</b>		<b>(142.062)</b>	<b>211.488</b>	<b>(88.454)</b>	<b>(80.914)</b>
Despesas financeiras	29	(86.639)	(98.244)	(150.014)	(187.718)
Recargas financeiras	29	132	547	2.244	17.926
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(228.569)</b>	<b>113.791</b>	<b>(236.224)</b>	<b>(250.706)</b>
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	21.2	(4.126)	361.037	(549)	728.131
<b>Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício</b>		<b>(232.695)</b>	<b>474.828</b>	<b>(236.773)</b>	<b>477.425</b>
<b>Atribuição a:</b>					
Participação dos acionistas controladores	-	-	-	(232.695)	474.828
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	(4.078)	2.597
				(236.773)	477.425
Quantidade de ações preferenciais ao final do exercício	-	-	-	12.627.232	12.627.232
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício	-	-	-	31.978.720	31.685.549
				<b>44.605.952</b>	<b>44.312.781</b>
Lucro/(Prejuízo)básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	-	(5.678,18)	11.523,00	-	-
Lucro/(Prejuízo)básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	-	(5.161,98)	10.475,00	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Apresentamos a seguir uma **PROJEÇÃO** do Balancete Patrimonial de 31/12/24 considerando os valores dos seguintes ativos: (i) ativos monetizáveis compostos pelo FIDC Taranis, (ii) pelos ativos monetizáveis fora do FIDC. **Nenhum destes ativos foram contabilizados no Balancete auditado, em que pese todos os custos relacionados já foram devidamente computados e contabilizados. Tal projeção se faz necessária em função das orientações de nossos auditores em relação às restrições de contabilização impostas pelas regras contábeis vigentes e extremamente rígidas. Entendemos que este Balancete Gerencial, demonstra melhor a posição de ativos e passivos da Companhia, uma vez realizados, de forma conservadora, os ativos aqui indicados.**

Balancete Gerencial		
(Em milhares de reais)		
	Consolidado	
	Balancete Patrimonial 31/12/2024	Balancete Projetado 31/12/2024
<b>ATIVO</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	447	447
Contas a receber de clientes	2.860	2.860
Títulos e valores mobiliários	9	9
Estoques	9.365	9.365
Impostos a recuperar	67.549	67.549
Dividendos a receber	14.796	14.796
Outros créditos	1.857	1.857
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>96.883</b>	<b>96.883</b>
<b>Não Circulante</b>		
Contas a receber de clientes	133.999	133.999
Títulos e valores mobiliários	688	117.442
Impostos a recuperar	-	182.492
Depósitos judiciais	71.086	77.086
Outros créditos	6.551	1.106.185
Investimentos	105.243	105.243
Imobilizado	120.879	120.879
Intangível	391.016	391.516
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>835.962</b>	<b>2.894.842</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>932.845</b>	<b>2.991.725</b>

Balancete Gerencial		
(Em milhares de reais)		
	Consolidado	
	Balancete Patrimonial 31/12/2024	Balancete Projetado 31/12/2024
<b>PASSIVO</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	60.231	60.231
Instituições financeiras	426.067	426.067
Debêntures	17.286	17.286
Obrigações sociais e trabalhistas	159.209	159.209
Obrigações fiscais e tributárias	159.933	159.933
Dividendos propostos	3.341	3.341
Adiantamentos de clientes	58.338	58.338
Títulos a pagar	133.145	133.145
Outras contas a pagar	239.216	239.216
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>1.255.766</b>	<b>1.255.766</b>
<b>Não Circulante</b>		
Instituições financeiras	210.775	210.775
Debêntures	273.384	273.384
Obrigações fiscais e tributárias	319.302	319.302
Partes relacionadas	94.034	94.034
Tributos diferidos	-	695.558
Títulos a pagar	14.960	14.960
Provisão de custos e encargos	2.303	2.303
Provisões para contingências	196.508	196.508
Provisão passivo a descoberto	12.911	12.911
Outras contas a pagar	1.432	1.432
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>1.125.609</b>	<b>1.821.167</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Participação dos minoritários	918	918
Patrimônio líquido da controladora		
Capital social	543.687	543.687
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	184.417	184.417
Reserva de reavaliação	24.663	24.663
Debêntures perpétuas	231.404	231.404
Créditos quirográficos a converter	16.914	16.914
Prejuízos acumulados	(3.266.305)	(1.902.983)
Ajuste de avaliação patrimonial	818.845	818.845
	<b>(1.449.448)</b>	<b>(86.126)</b>
	<b>(1.449.448)</b>	<b>(85.208)</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>918</b>	<b>918</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>932.845</b>	



# INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06 - Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Nota 1 - Contexto Operacional:** A Inepar S.A Indústria e Construções é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35.3.0035492.3, e está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, conjunto nº 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180. A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metrorriário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, não apenas no exterior, na qualidade de sócio qualificado ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas. Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura. Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus principais ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/lesa se apresentam como uma excelente alternativa. E também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento estamos buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

**1.1. Processo Global da Reestruturação e Recuperação Judicial:** Em 29 de agosto de 2014, a Inepar S.A. Indústria e Construções, ajuntou em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005. Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas. A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos: -Venda da participação acionária da Inepar no capital da TISA-Infraestrutura S.A. -Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A. -Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. -Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energia Mato Grosso S.A.). -Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Capacitores S.A. -Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquã. Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos: 1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração, 2-Fração da planta de Araraquã, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta, e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta, totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquã foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria, outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debêntures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa. Constituição do FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos e demais credores. Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande de outros créditos da mesma categoria que da mesma forma, serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais da Companhia. O Grupo Inepar/lesa tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes Ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano, nos últimos 3 anos. O Grupo Inepar/lesa, mantém seu interesse na alienação das UPI's IPM e IOG, visando a obtenção do cumprimento final das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, bem como, para prosseguir com os planos futuros de retomada do crescimento. Em 07/11/2022, a Companhia cumprindo prazo processual, peticionou ao Juiz da Recuperação Judicial, o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar a critério do Juiz o encerramento do processo de Recuperação Judicial. Em 03 de maio de 2023, a Companhia emitiu Fato Relevante, informando ter recebido nova proposta da Euroinvest para a alienação das UPI's PM e IOG, pelo valor de US\$ 160 milhões de dólares americanos. Em agosto de 2023, a Inepar recebeu uma nova proposta da EUROINVEST, para comprar as UPI's IPM e IOG, desta vez, propondo um depósito de US\$ 7,65 milhões, representando 5% do valor da oferta de US\$ 153 milhões, como sinal, em uma conta caução, enquanto realiza o "due diligence" sobre os ativos. Atualmente encontra-se pendente de aceitação a proposta da EUROINVEST, para adquirir as UPI's IPM e IOG. Conforme demonstrado abaixo, aproximadamente 99% da dívida existível para encerramento já foi devidamente liquidada, e a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente os seus débitos.

## RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL

Classe	Saldo devido		Saldo devido		Saldo total	Valor pago até o momento
	inverso dentro do biênio (R\$ M)	inverso fora do biênio (R\$ M)	inverso dentro do biênio (R\$ M)	inverso fora do biênio (R\$ M)		
Class I	-	R\$ 38,1	R\$ 38,1	-	R\$ 38,1	R\$ 147,2
Class II	R\$ 28,2	-	-	-	R\$ 28,2	R\$ 227,7
Class III	-	-	-	-	-	R\$ 1.993,7
Class IV	-	R\$ 13,5	R\$ 13,5	-	R\$ 13,5	R\$ 27,2
<b>Total</b>	-	<b>R\$ 51,6</b>	<b>R\$ 51,6</b>	-	<b>R\$ 51,6</b>	<b>R\$ 2.395,8</b>

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

**Nota 2 - Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: 2.1. Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("demônios" coletivamente "CPCs") emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **2.2. Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e de suas Controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas para a gestão.

**Nota 3 - Políticas Contábeis:** As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas Controladas: **3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas:** As Demonstrações Financeiras Consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A Indústria e Construções e suas Controladas apresentadas abaixo:

Empresas	Participação - %	31/12/2024	31/12/2023
INEA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00	100,00
Taranis - Fundo de Inv em Direitos Creditórios Não-Padronizados	100,00	100,00	100,00
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	0,01	0,01	0,01
CBD - Administração e Participações S.A (Antiga Enisa - Energia)	99,99	99,99	99,99

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes: a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação; b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio; c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação; d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado; e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

**3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes:** No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vindicadas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes. **3.3. Compensações entre Contas:** Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação. **3.4. Conversões em Moeda Estrangeira:** Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC02-Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação. **3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez. **3.6. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes:** Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerar o ativo, conforme segue: - Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que o reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Valor Justo e não em Valor Amortizado por custo do resultado; todos os demais ativos financeiros. **3.7. Contas a Receber de Clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para "impairment" foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis. **3.8. Estoques:** Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. **3.9. Investimentos:** Nas Demonstrações Financeiras da Controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **3.10. Imobilizado:** A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado. **3.11. Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são avaliados ao custo, menos a amortização acumulada e a perda por redução de valor recuperável. Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. **3.12. Impairment de Ativos Não Financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa-UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ativo intangível, não sofrem "impairment", são revisados para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data de apresentação das demonstrações financeiras. Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment". Estes testes são realizados, de acordo com o CPC01-Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem). **3.13. Contas a Pagar a Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante. **3.14. Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrado pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. **3.15. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (constructive obligation), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações

similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social:** As despesas fiscais do período compreendem o IRPJ e a CSLL corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio. Os encargos de IRPJ e da CSLL corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. O IRPJ e da CSLL diferidos, lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da CSLL. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo. **3.17 CPC06(R2) / IFRS16 - Operações de arrendamento mercantil (substitui o pronunciamento CPC06(R1)) / IAS17-Operações de arrendamento mercantil:** A Administração da Companhia entende que o impacto produzido por essa Norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a aluguéis de edifícios. Na avaliação realizada pela Administração da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas com ocupação passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado a resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de ocupação, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. Desta forma, a Companhia apurou o efeito estimado do registro do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço da Companhia, o qual não teve impactos relevantes para os saldos ativos e passivos da Companhia e suas controladas. Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.18. Participações nos Lucros e Resultados:** Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas. No consolidado, a Controladora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais. **3.19. Apuração do Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos. **3.20. Reconhecimento das Receitas de Vendas:** A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir: 1) Identificação do contrato com o cliente; 2) Identificação das obrigações de desempenho; 3) Determinação do preço da transação; 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) Reconhecimento quando ou enquanto a obrigação de desempenho é satisfeita. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando a medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido. Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços são transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do controle em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo. A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia. **3.21. Dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. **3.22. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis:** A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são: a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; c) "impairment" dos ativos imobilizados, intangíveis; d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do IR e da CSLL; e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de extinção obtida, e f) mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

**3.23. Pronunciamentos contábeis e interpretações:** As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. - Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios; - Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência; - Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material; - Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; - Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento. - CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro, - CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis, - CPC 09 (R1) - Demonstração do valor adicionado (DVA). Normas emitidas, mas ainda não vigentes. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. - CPC 02/IAS 21 Ausência de conversibilidade; - CPC 40 e 48/IFRS 7 e 9 Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros; - Annual Improvements to IFRS Accounting Standards - Volume 11; - IFRS 19 Subsidiaries without Public Accountability; Disclosures; A Administração da Companhia avalia constantemente os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Nota 4 - Instrumentos Financeiros: CPC48/IFRS9-Instrumentos financeiros:** A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de impairment para ativos financeiros. A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado. Este CPC48/IFRS9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias. **a) Considerações gerais -** A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não-circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada. **b) Valor de mercado -** Os valores de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito e todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àquelas que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. **c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas: Risco de crédito:** A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual. **Riscos de taxas de juros:** O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreado seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis. **Riscos de taxas de câmbio:** A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio. **Risco de liquidez:** A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata. **Gestão de risco de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantir às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. **Análise de Sensibilidade: Exposição Cambial-Consolidado:** A Companhia e suas controladas não apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, deixamos de apresentar os riscos que poderiam gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar). **Instrumentos Financeiros por Categoria:** Em atendimento ao CPC 48, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Ativos financeiros em 31/12/2023	Consolidado		
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e bancos	1.874	-	1.874
Aplicações financeiras	167	-	167
Contas a receber	-	666	666
Títulos valores mobiliários	-	9	9
Outros créditos	-	1.559	1.559
<b>Total circulante</b>	<b>2.041</b>	<b>2.234</b>	<b>4.275</b>
Contas a receber	-	133.999	133.999
Títulos valores mobiliários	-	688	688
Outros créditos	-	6.579	6.579
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>141.266</b>	<b>141.266</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.041</b>	<b>143.500</b>	<b>145.541</b>

Passivos financeiros em 31/12/2023	Consolidado		
	Custo amortizado	Total	
Fornecedores	65.079	65.079	
Empréstimos e financiam.	384.950	384.950	
Debêntures	15.996	15.996	
Títulos a pagar	116.488	116.488	
Outras contas a pagar	168.783	168.783	
<b>Total circulante</b>	<b>751.296</b>	<b>751.296</b>	
Empréstimos e financiam.	219.954	219.954	
Debêntures	255.192	255.192	
Outras contas a pagar	1.362	1.362	
<b>Total não circulante</b>	<b>476.508</b>	<b>476.508</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.227.804</b>	<b>1.227.804</b>	

Ativos financeiros em 31/12/2024	Consolidado		
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e bancos	126	-	126
Aplicações financeiras	321	-	321
Contas a receber	-	2.860	2.860
Títulos valores mobiliários	-	9	9
Outros créditos	-	1.857	1.857
<b>Total circulante</b>	<b>447</b>	<b>4.726</b>	<b>5.173</b>
Contas a receber	-	133.999	133.999
Títulos valores mobiliários	-	688	688
Outros créditos	-	6.551	6.551
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>141.238</b>	<b>141.238</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>447</b>	<b>145.964</b>	<b>146.411</b>

Passivos financeiros em 31/12/2024	Consolidado		
	Custo amortizado	Total	
Fornecedores	60.231	60.231	
Empréstimos e financiam.	426.067	426.067	
Debêntures	17.286	17.286	
Títulos a pagar	133.146	133.146	
Outras contas a pagar	238.216	238.216	
<b>Total circulante</b>	<b>874.946</b>	<b>874.946</b>	
Empréstimos e financiam.	210.775	210.775	
Debêntures	273.384	273.384	
Títulos a pagar	81.393	81.393	
Outras contas a pagar	1.432	1.432	
<b>Total não circulante</b>	<b>566.984</b>	<b>566.984</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.441.930</b>	<b>1.441.930</b>	

Bancos conta movimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicação financeira	-	1.067	12	1.874
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>57</b>	<b>25</b>	<b>321</b>	<b>167</b>
	<b>57</b>	<b>1.092</b>	<b>447</b>	<b>2.041</b>

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário-CDI.	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Clientes interno (a)	50.554	55.668	222.368	145.738
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(5.878)	(11.074)	(85.509)	(11.073)
<b>Total</b>	<b>44.676</b>	<b>44.594</b>	<b>136.859</b>	<b>134.665</b>
	144	62	2.860	666
	44.532	44.532	133.999	133.999

Títulos diversos	Controladora		Consolidado	
	31/1			



# INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06 - Em Recuperação Judicial

Nome	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido		% de Participação	Valor do Investimento	Equivalência	Controladora		Controladora		Consolidado	
			Resultado	Líquido				Emissão	Adições/Baixas	Emissão	Adições/Baixas	Saldo	Saldo
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>													
QUIP S.A.	81.416	169.656	(4.676)	(83.564)	13,25%	-	(621)	2.515	10	2.525	-	-	-
QGI Insc	103.184	85.393	17.595	13.095	20,00%	3.519	-	5.422	706	6.128	-	-	-
QGI Brasil	155.781	4.444	(545)	151.337	19,53%	29.540	(106)	263.251	18.766	282.017	-	-	-
Quebec - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda.	-1.164	-	(39)	(1.126)	35,00%	-	(13)	271.188	19.482	290.670	-	-	-
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	44.053	-	15.996	-	17.586	-	-	-
FIDC Taranis ©	-	-	-	-	0,00%	1.080	-	255.192	-	273.384	-	-	-
Companhia Brasileira de Diques S.A.	243.916	169.664	(34.060)	74.252	37,65%	-	(15.093)	-	-	-	-	-	-
Penta Participações e Investimento	184.133	13.112	616	171.021	100,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
Cotas do Fundo Inhaúma	-	-	-	-	0,00%	9.896	-	-	-	-	-	-	-
Innovaiva Participações S.A.	18.710	28.170	(12)	(9.460)	100,00%	14.257	-	-	-	-	-	-	-
Cbd Adm E Participações S.A.	420.639	20.114	(125)	400.639	100,00%	2.988	(119)	-	-	-	-	-	-
						105.243	(15.952)						

**Quantidade de ações possuídas (em milhares)**

Controladas/Coligadas	O. N.	P. N.	Participação em %	Participação no capital votante em %
IESA - Projetos, Equipamentos, e Montagens S.A.	149.799	-	100,00	100,00
Companhia Brasileira de Diques S.A.	289	-	-	-
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	quotas	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
Innovaiva Participações S.A.	12.541	-	100,00	100,00
CBD Adm. e Participações S.A.	400.959	-	99,99	99,99

**(I) IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.:** A Companhia Controladora capitalizou em 2003 essa controlada, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliação emitidos por empresa especializada, em 30/04/2003 e 31/05/2003 e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07/04/2003. A consolidação das demonstrações financeiras, são integralmente consideradas na controladora, haja visto que indiretamente ela possui 100% de participação no capital da investida. **(II) Companhia Brasileira de Diques S.A.:** Refere-se à aquisição, em 31/03/2012, de 50% de participação no capital dessa Companhia, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outros avulsos, no valor de R\$ 608.734. Conforme ata da AGE, de 29/06/2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$986 mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Partbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72%. Conforme ata da AGE de 28/06/2019, foi deliberado sobre o aumento do Capital de R\$2.636 mediante a emissão de 32.705 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$192,13. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pelo Fator Empreendimentos e Participações Ltda, pelos acionistas João Antonio Lopes Filho e Manoel Horácio Francisco da Silva. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida de 49,72% para 47,07%. Conforme ata da AGE de 21/06/2024, foi aprovado o aumento do Capital de R\$ 74.999 mediante a emissão de 153.433 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 488,81. O aumento de capital foi subscrito pelos atuais acionistas, com exceção da Inepar S/A, desta forma a participação da Inepar foi reduzida de 47,07% para 37,65%. **(III) Penta Participações e Investimentos Ltda.:** Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004 através da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses-CEMAT. Em 11/12/2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão. **(IV) FIDC Taranis:** em abril de 2019 o Grupo Inepar regularizou o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não - Padronizados (FIDC). O Fundo constituído por cessão de direitos creditórios por ações judiciais ativas tem a finalidade de permutar cotas com passivos do Grupo. A administração da companhia amparada em seus assessores jurídicos (contratados na regularização do fundo para classificação dos direitos creditórios) entende na previsibilidade de que o FIDC pode gerar ganhos que mensurados a valor presente chegam a 619 milhões, valor este de cotas subordinadas apresentadas no fundo. **b) Propriedade para Investimentos:** Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A., este imóvel está com o valor avaliado pelo valor de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. O laudo de avaliação foi emitido pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, em 26/02/2021. Em 31/03/2024 o valor de R\$ 391.513 referente a Ágio sobre Investimentos foi reclassificado para o grupo de Investimentos na Controladora.

**Nota 13 - Imobilizado:**

Controladora	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outras Imobilizações	Total
<b>Taxas anuais de depreciação</b>	0%	25%	10% a 40%	-	-	-	-	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2023</b>								
Custo	10.188	116.391	1.345	-	-	-	127.924	129.758
Depreciação Acumulada	-	(54.602)	(1.118)	-	-	-	(56.720)	(57.838)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>10.188</b>	<b>61.789</b>	<b>227</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>72.204</b>	<b>71.920</b>
Depreciação	-	(2.953)	(6)	-	-	-	(2.959)	(3.918)
<b>Saldo Final</b>	<b>10.188</b>	<b>58.836</b>	<b>221</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>69.245</b>	<b>68.002</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2024</b>								
Custo	10.188	116.391	1.345	-	-	-	127.924	129.844
Depreciação Acumulada	-	(57.555)	(1.124)	-	-	-	(58.679)	(58.754)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>10.188</b>	<b>58.836</b>	<b>221</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>69.245</b>	<b>71.090</b>

Controlado	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outras Imobilizações	Total
<b>Taxas anuais de depreciação</b>	0%	25%	40%	10%	10%	10%	10%	10%
<b>Em 31/12/2023</b>								
Custo	14.588	146.157	70.863	4.462	-	8.670	1.274	246.014
Depreciação Acumulada	-	(62.181)	(40.862)	(4.433)	-	(8.478)	(832)	(116.786)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>14.588</b>	<b>83.976</b>	<b>30.001</b>	<b>29</b>	<b>-</b>	<b>192</b>	<b>444</b>	<b>129.228</b>
Adições	-	84	67	-	-	52	-	203
Baixas	-	(1.716)	(285)	-	-	(747)	(2.748)	(5.256)
Depreciação	-	(3.389)	(2.951)	(3)	-	(19)	-	(6.362)
Baixa de depreciação	-	-	158	-	-	-	-	158
<b>Saldo Final</b>	<b>14.588</b>	<b>78.955</b>	<b>26.990</b>	<b>26</b>	<b>-</b>	<b>225</b>	<b>95</b>	<b>120.879</b>
<b>Em 31/12/2024</b>								
Custo	14.588	146.241	70.930	4.462	-	8.722	1.274	246.217
Depreciação Acumulada	-	(67.286)	(43.940)	(4.436)	-	(8.497)	(1.179)	(125.338)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>14.588</b>	<b>78.955</b>	<b>26.990</b>	<b>26</b>	<b>-</b>	<b>225</b>	<b>95</b>	<b>120.879</b>

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/09 que aprova a Interpretação Técnica ICP 10. Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICP 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada. A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida bem como do imobilizado, não identificando perdas por "impairment". **Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação:** A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos; • Inspeção "in loco" de todas as unidades avaliadas; • Experiência da Companhia com ativos semelhantes; • Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas; • Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas; • Conservação dos bens; e • Política de Manutenção - Visando salvaguardar os ativos; Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado. Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária. A redução do saldo do imobilizado ocorreu pela baixa do imóvel de Charqueadas e seus equipamentos, cedido em dação de pagamento ao Banco Badesul, dívida contraída quando da construção das instalações para atendimento ao projeto da Petrobras, conforme contrato assinado entre a IESA e a Tupi B.V. ("TUPI") em 26 de julho de 2012, para realizar a construção de unidades de FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), que são grandes equipamentos flutuantes utilizados na produção, estocagem e transferência de petróleo, que foi rescindido unilateralmente pela Tupi B.V..

**Nota 14 - Intangível:**

Controladora	Direito de uso Software	Ágio sobre Investimentos	Total
<b>Taxas anuais de amortização</b>	20%	0%	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2023</b>			
Custo	7	391.513	391.520
Amortização acumulada	(4)	-	(4)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>3</b>	<b>391.513</b>	<b>391.516</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2024</b>			
Custo	7	391.513	391.520
Baixa	-	(391.513)	(391.513)
Amortização acumulada	(4)	-	(4)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>3</b>	<b>391.513</b>	<b>391.516</b>

**Nota 14 - Intangível:**

Controladora	Direito de uso Software	Ágio sobre Investimentos	Total
<b>Taxas anuais de amortização</b>	20%	0%	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2023</b>			
Custo	35.007	391.513	426.520
Amortização acumulada	(34.947)	-	(34.947)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>60</b>	<b>391.513</b>	<b>391.573</b>
Amortização	(57)	-	(57)
<b>Saldo Final</b>	<b>3</b>	<b>391.513</b>	<b>391.516</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2024</b>			
Custo	35.007	391.513	426.520
Amortização acumulada	(35.004)	-	(35.004)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>3</b>	<b>391.513</b>	<b>391.516</b>

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A.(CBD), foi efetuada por empresa de consultoria e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfez o valor total de R\$ 1.217.468. Conforme laudo de avaliação da empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, emitido em 26/02/21, o valor da CBD é de R\$ 1.331.871, sendo a participação da Inepar de 37,65% (Ver Nota 12). O valor do Ágio sobre o investimento lançado na controladora foi aportado para a controlada CBD Administração e Participações S.A. conforme ATA da 2ª Assembleia Geral Extraordinária do dia 13 de setembro de 2024.

**Nota 15 - Instituições Financeiras:**

Controladora	Capital de Giro	Total Circulante	Total Não Circulante	Total de Empréstimos e Financiamentos
Modalidade	276.871	249.704	276.871	249.704
Capital de Giro	1.447	578	149.196	135.248
<b>Total Circulante</b>	<b>278.318</b>	<b>250.382</b>	<b>426.067</b>	<b>384.952</b>
Modalidade	171.881	184.978	171.881	184.978
Ativo Permanente	38.894	34.976	38.894	34.976
Capital de Giro	210.775	219.954	210.775	219.954
<b>Total Não Circulante</b>	<b>489.093</b>	<b>470.336</b>	<b>636.842</b>	<b>604.904</b>

Por Data de Vencimento / Em negociação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Vencidos	278.318	250.382	425.967	384.950
Em até 12 meses	19.341	18.735	19.441	18.735
De 1 a 2 anos	28.526	26.957	28.526	26.957
De 2 a 3 anos	28.526	26.957	28.526	26.957
De 3 a 4 anos	28.526	26.957	28.526	26.957
De 4 a 5 anos	28.526	26.957	28.526	26.957
Acima de 5 anos	77.330	93.991	77.330	93.991
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>489.093</b>	<b>470.336</b>	<b>636.842</b>	<b>604.904</b>

Por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Reais - R\$	489.093	470.336	636.842	604.904
Dólar Norte-Americano - R\$	-	-	-	-
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>489.093</b>	<b>470.336</b>	<b>636.842</b>	<b>604.904</b>

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão sendo negociados diretamente com os Bancos credores sendo os efeitos contábeis somente quando da conclusão dessas negociações, alinhadas com o andamento da recuperação judicial. As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes, bem imóveis que atualmente não estão sendo utilizados pela Empresa, tais como imóveis Magé e Macaé.

**Nota 16 - Debêntures (controladora):**

Emissão	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2023
3ª Emissão	2.515	10
4ª Emissão	5.422	706
5ª Emissão	263.251	18.766
	271.188	19.482
<b>Circulante</b>	<b>15.996</b>	<b>17.586</b>
<b>Não circulante</b>	<b>255.192</b>	<b>273.384</b>

**Nota 17 - Obrigações fiscais e tributárias:**

Controladora	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamento Transação Individual PGFN (a)	187.636	342.547
ICMS a recolher	42.307	43.743
Inss a recolher	47	43
Pis/Cofins Diferidos	4.938	4.938
ICMS a recolher/Parcelamentos	9.670	9.363
Pis/Cofins a recolher	913	799
Impostos e Contribuições retidos na fonte	1.677	1.528
Parcelamento Simplificado RFB	4.907	2.884
Parcelamento Trans.Excepcional	812	789
Parcelamento Edital PGDAU	-	1.592
Outros	1.593	1.526
	254.500	242.463
	172.960	65.614
	181.520	176.849

**Circulante**

**Não circulante**

a) Refere-se ao parcelamento efetuado através da Transação Individual, conforme Lei nº 13.988, de 20 de dezembro de 2020, Portaria PGFN 9.917, de 2020. O parcelamento na modalidade "demais débitos" devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas, com redução de juros e multas de até 70% de cada inscrição. Quanto ao parcelamento da modalidade "débitos previdenciários" devidos à PGFN foram parcelados em 60 parcelas, também com redução de até 70% das parcelas. O primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2021. Os ganhos obtidos na referida operação no montante de R\$ 1.358.361 consolidado através do Termo de Transação Individual foram contabilizados em contrapartida da conta de resultado "Recuperação de Despesas - Transação Individual", no exercício de 2021. Foi deferida nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, a compensação de parte dos débitos da Transação Tributária Individual efetivada em 29/12/2021 pela Inepar e pelas suas controladas, com a utilização dos créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL. No exercício de 2023, foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante consolidado de R\$ 720,7 milhões e na controladora o montante de R\$ 360,2 milhões, os quais foram registrados em contrapartida do IR e CS Diferido no resultado do exercício. Esta compensação ocorreu em dezembro de 2023, e os valores da utilização dos créditos fiscais estão considerados nas demonstrações financeiras desb balance. Os vencimentos dos débitos previdenciários irão ocorrer a partir de setembro de 2025, enquanto os débitos dos demais impostos a partir de março de 2025. Desta forma, estes pagamentos regularizaram as parcelas da Transação Individual que estavam em atraso, permitindo assim que a empresa apresente uma regularidade fiscal.</



# INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06 - Em Recuperação Judicial

## Nota 28 - Receita Operacional Líquida:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Vendas Mercado Interno/Prestação de Serv.	5.754	8.106
(-) Impostos sobre as Vendas	(1.352)	(1.623)
<b>Receita de Vendas</b>	<b>4.402</b>	<b>6.483</b>

## Nota 29 - Despesas e Receitas Financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre impostos e contribuições	(28.754)	(24.242)	(48.282)	(80.194)
Juros / despesas bancárias	(49.601)	(74.000)	(92.901)	(107.091)
Fianças bancárias	-	-	-	(66)
Outras despesas financeiras	(8.284)	-	(8.831)	(317)
Variações cambiais passivas	-	-	-	(50)
<b>Total</b>	<b>(86.639)</b>	<b>(98.244)</b>	<b>(150.014)</b>	<b>(187.718)</b>

## Receitas Financeiras

Receitas de aplicações financeiras	2	2	31	36
Outras receitas financeiras	29	545	2.110	17.889
Variações cambiais ativas	101	-	103	1
<b>Total</b>	<b>132</b>	<b>547</b>	<b>2.244</b>	<b>17.926</b>

## Nota 30 - Outras Receitas e Despesas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Outras Despesas Operacionais</b>				
IOF	(161)	(35)	(279)	(160)
Outras despesas tributárias	(134)	(75)	(9.179)	(385)
Outras despesas Operacionais	(12.498)	(3.826)	(27.061)	(12.766)
Ociosidade (a)	-	-	(5.053)	(4.747)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(12.793)</b>	<b>(3.936)</b>	<b>(41.572)</b>	<b>(18.058)</b>

## Outras Receitas Operacionais

Reversão de provisões diversas	13.732	8.413	27.159	3.183
Recuperação Despesas	334	181	2.505	18.041
Receitas de aluguel	813	807	2.887	2.494
Outras receitas	-	-	-	477
<b>Total das receitas operacionais</b>	<b>14.879</b>	<b>9.401</b>	<b>32.551</b>	<b>24.195</b>
<b>Total</b>	<b>2.086</b>	<b>5.465</b>	<b>(9.021)</b>	<b>6.137</b>

a) Referem-se aos custos de produção diretos e indiretos não absorvidos pela fábrica em função da pequena quantidade de projetos contratados.

## Nota 31 - Depósitos Judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Processos Trabalhistas	2.901	2.880	13.110	13.033
Processos Cíveis	53.283	47.181	62.322	61.433
Processos Tributários	1.234	1.233	1.654	1.233
<b>Total</b>	<b>57.418</b>	<b>51.294</b>	<b>77.086</b>	<b>75.699</b>

a) Nos valores do consolidado de processos cíveis encontra-se incluídos os depósitos judiciais referentes aos recebimentos da arbitragem aos valores correspondentes aos recebimentos do processo de Furnas.

**Nota 32 - Cobertura de Seguros (não auditada):** A Empresa mantém seguro das áreas comuns das instalações onde estão cobertos eventuais sinistros, sendo os demais seguros de responsabilidade do Condomínio.

## Nota 33 - Benefícios a Empregados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários	1.727	1.842	11.384	11.501
Gastos Previdenciários	625	626	2.398	2.799
<b>Total</b>	<b>2.352</b>	<b>2.468</b>	<b>13.782</b>	<b>14.300</b>

**Nota 34 - Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:** Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

## Nota 33 - Benefícios a Empregados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração de Conselheiros	274	245	734	825
Remuneração de Diretores	786	772	3.227	3.168
<b>Total</b>	<b>1.060</b>	<b>1.017</b>	<b>3.961</b>	<b>3.993</b>

## Diretoria Executiva:

Vago - Diretor Presidente  
**Irajá Galliano Andrade**  
 Diretor Administrativo Financeiro  
**Manacesar Lopes dos Santos**  
 Diretor de Relações com Investidores

## Conselho de Administração:

**Irajá Galliano Andrade - Presidente / Rodolfo Andriani / André de Oms**  
**Augusto Araújo de Oms / Carlos Alberto Del Claro Gloger / José Bonifácio Pinto Junior**  
**Hugo Fagundes de Lima Queiroz**  
 Contador:

**Jair Malpica** - CPF 667.583.788-53 - CRC-1SP100417/O-6

## Parecer do Conselho Fiscal

Os conselheiros opinam que o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras encontram-se em condições de serem apreciadas e votadas pela assembleia geral ordinária de acionistas.

Curitiba, 28 de março de 2025

Rubens Gerigk / Sergio Tomaz Crestani / Gerson Luiz Casara

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Inepar S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial - Curitiba** - PR. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Inepar S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Inepar S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial** ("Companhia") em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pela *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião com ressalva: Limitação de escopo de auditoria: a) Confirmações externas de endividamentos bancários:** Os empréstimos e financiamentos bancários estão provisionados e sujeitos a negociações e atualizações. A Companhia realizou os procedimentos de confirmações externas de saldos junto às referidas instituições financeiras, contudo não foram recebidas a totalidade das respostas, em virtude das demandas judiciais em andamento. As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024 não contemplam quaisquer ajustes decorrentes dessas negociações com as instituições financeiras, os quais serão conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações alinhadas com o andamento da recuperação judicial. **b) Investimentos em controladas/coligadas/consórcios/fundos:** As demonstrações financeiras auditadas das sociedades investidas e consórcios da IESA Óleo e Gás S.A. - Em Recuperação Judicial (QGI INC, Quebec e QGI Brasil) e os consórcios UPGN Comperj, Consórcio QGGI-HDT Comperj, Consórcio QI-Reduc Plangás e Consórcio Caraguatuba-UTGCA), da investida da CBD - Administração e Participações S.A. (Cia Brasileira de Diques e Inhaúma Fundo de Investimento Imobiliário - FII) e da investida da Inepar S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial (FIDC Taranis), tomadas para avaliação dos investimentos, conforme descrito na nota explicativa "12", cujas companhias não apresentaram as demonstrações financeiras auditadas até a presente data, o que nos impede de revisar tais operações, bem como opinar sobre sua adequação e eventuais reflexos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Incerteza relevante quando à continuidade operacional:** Conforme mencionado na nota explicativa "1", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2024, da controladora e algumas de suas controladas, estão em recuperação judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado por ambas companhias foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras individual e consolidada foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 31 de dezembro de 2024 as demonstrações financeiras apresentam resultado negativo de R\$ 236.773 mil e passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 1.159.059, no consolidado. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia está em encerramento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos "Claims" e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Ênfases: Coisa Julgada em Matéria Tributária:** Sem ressalvar nossa opinião, conforme Ofício-Circular Nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, em face da decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária, que considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", surge tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Sendo assim, foi avaliado junto aos seus assessores jurídicos se há outros tributos que se enquadram na definição contida na decisão proferida, com trânsito em julgado favorável à Companhia e que possuam decisão desfavorável no STF, e foi identificado que não goza de nenhum objeto de causa impactado por essas decisões. **Reconhecimento de recebíveis:** Conforme mencionado na nota explicativa "6", foi registrado contabilmente, em 30 de junho de 2021, na controladora Inepar S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial e em suas controladas: Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial, recebíveis (claims) no montante de R\$ 145.769 mil (no consolidado). Chamamos a atenção para o fato de que, neste exercício a companhia nos apresentou o teste de recuperabilidade desses ativos, baseado no atual andamento dos processos, e na firme posição dos assessores jurídicos quanto a sua recuperabilidade (realização), através da classificação da probabilidade de recebimento como "praticamente certo", uma vez que todos os processos judiciais possuem trânsito em julgado a favor da Companhia. Todavia, temos incerteza apenas quanto ao prazo (momento) de recebimento desses valores, uma vez que dependem dos trâmites para as respectivas liquidações das sentenças judiciais. **Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas:** Conforme mencionado na nota explicativa "22", a Companhia e suas Controladas mantêm relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Termo de Transação Individual com a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional:** Na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20. Os débitos federais devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições. Essa operação gerou um ganho que representou R\$ 1.358 bilhões, em 2021, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em "Outras Receitas e Despesas Operacionais". A manutenção do referido acordo junto a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. No exercício de 2023 foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2021, no montante de R\$ 720,7 milhões no consolidado, conforme mencionado na nota explicativa "17". **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente, esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na elaboração de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, dessa forma, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos no parágrafo de "ênfase", entendemos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório: **a) Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis:** A companhia possui registrados nas rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível os montantes de R\$ 120.879 mil e R\$ 391.516 mil, respectivamente em seu consolidado. Os sucessivos prejuízos operacionais apurados pela Companhia indicam a possível necessidade de *impairment* desses ativos. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Analisamos os laudos de avaliação contratados pela administração da Companhia e buscamos entendimento dos registros contábeis comparando o valor dos bens do ativo imobilizado com a recuperabilidade do valor apurado. Em nossas análises identificamos que os laudos de avaliação contratados pela Companhia estão consistentes com as práticas de mercado. **b) Débitos Tributários:** A companhia mantém débitos tributários reconhecidos da PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional além de outros órgãos municipais e estaduais, porém, na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com isso, os parcelamentos existentes foram transferidos para esse novo Termo de Transação Individual, conforme detalhamento na nota explicativa "17". **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Com base no termo de transação individual assinado entre PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, revisamos os valores gerais dessa operação, as respectivas reduções de juros e multas, os respectivos controles internos e os registros contábeis dos valores envolvidos, tanto dos valores dos parcelamentos como do reconhecimento dos prejuízos fiscais e sua compensação dos valores envolvidos. Referida transação gerou um ganho significativo para a companhia, sendo que nossos trabalhos revelaram que as condições, premissas e atualizações utilizadas estão consistentes com as práticas de mercado e contábil. **c) Contingências:** A Companhia está envolvida em diversas demandas perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. A atual situação financeira da Companhia somada ao grau significativo de imprecisão inerente às estimativas e ao julgamento por parte da administração faz das contingências um principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Foram enviadas cartas de circularização aos assessores jurídicos da Companhia, as quais analisamos todas as respostas recebidas do departamento jurídico interno e de terceiros contratados, avaliando as premissas utilizadas para a constituição da provisão para contingências, bem como quanto as divulgações necessárias. Nossas análises revelaram que as premissas utilizadas estão consistentes com a prática de mercado e contábil aceitas. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras

individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independências, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que, foram considerados como mais significativos da auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação por o interesse público.

Curitiba, 28 de março de 2025.

**Müller & Prei Auditores Independentes S/S**

CRC-PR Nº 006.472/O-1

**George Anghes**

Contador CRC-PR nº 042.667/O-1



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
 04067191000160 Pub: 24/04/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/04/24/INEPAR1852111324042025.pdf>

Hash: 1745439960ac75c82590074bb7bfc55db936fe37a